



Judicialização: de quem é a culpa?

Por Dr. Wanderley Marques Bernardo

Sentir-se lesado ou prejudicado em relação a um direito é sempre desagradável. Mas, quando esse direito envolve a saúde, o medo e a insegurança surgem como sentimentos dominantes que impulsionam uma série de atitudes que procuram preservar o demandado direito.

O direito em saúde pode ser considerado quanto à sua garantia, que não deveria produzir dano à coletividade, e quanto à sua definição, que deveria ser baseada em ações centradas no benefício com pouco ou nenhum dano.

Em uma cultura onde a interpretação de benefício se confunde com fazer sempre mais, sem limites ou consequências, e sua definição não necessita de razões científicas, o direito passa a ser um conceito abstrato, subjetivo e volúvel, que fica à mercê de conveniências ou opiniões pessoais.

Deste cenário participam primariamente pacientes, médicos e juízes.

Os pacientes são compreensivelmente e facilmente arrastados pela perspectiva e esperança de serem beneficiados pela decisão médica, obviamente oferecida como uma possibilidade incerta de benefício e dano, que é diferente de zero e sempre menor do que cem ($>0\%$ e $<100\%$), afinal os resultados variam de indivíduo para indivíduo.

Os médicos, acreditando ou não na sua tomada de decisão, pressionados por fazer, desconhecendo exatamente o porquê, solitariamente se defendendo, e mais raramente com interesses espúrios, oferecem a oportunidade ao paciente de experimentar um lampejo de eternidade, mesmo que esta seja de meses, dias ou horas, minimizando ou reduzindo os riscos, como também invariavelmente a qualidade de vida durante sua efêmera imortalidade.

Ainda em solidão, os juízes têm que decidir possuídos por um constante esforço para cumprir um dever quase impossível frente ao extenso conhecimento em saúde de que necessitam, e cujas consequências de sua deliberação procuram atender às necessidades e direitos negados ao paciente, mas que podem de maneira involuntária atender àqueles que tiveram a insensatez, o desconhecimento e até mesmo a maldade de prescrever o impróprio, o desnecessário, o fútil e muitas vezes até o mortal para um inocente, bem como com ele para todo o mundo.

Neste teatro fadado à falência, o espetáculo “em nome do paciente” tem como espectador fiel o sistema de saúde (público ou privado), que insiste em pagar por um final feliz, mas assiste atônito, imóvel e impotente a cenas de horror nas quais os atores, apesar de juntos, atuam isolados nos cantos do palco com suas falas

desconexas e egoístas, vivendo de migalhas, morrendo de inanição e levando consigo os recursos inutilmente aplicados em sua representação.

Mas de quem é a culpa? Na verdade, de três fatores interligados que estão humanamente presentes em todos os envolvidos: a solidão, o desconhecimento e o egoísmo.

A solidão, pois no palco não conversam com ninguém. No silêncio, mantêm o nível do conhecimento no limite mais baixo e pessoal possível de suas falas. E sem conhecimento só resta ao egoísta “Dom Quixote” se defender atacando constantemente o seu moinho imaginável, garantido pela Constituição e criado pelos vendedores de mentiras ou falsas esperanças.

Mas, a omissão dos espectadores não os exime, pois só eles enxergando o todo poderiam criar um ambiente de diálogo, conhecimento e equidade. Então, saindo da condição de observadores, devem assumir o papel de protagonistas da peça, entendendo que apesar de já sustentarem o enredo, podem escrevê-lo, tornando-o público, subindo no palco, mudando o rumo e a atitude dos atores, animando-os, motivando-os, tirando-os do silêncio e do anonimato egoísta, fazendo-os enxergar a si mesmo e aos outros.

Como interromper esse mal? Diretrizes, MBE, ATS, cursos, rol, leis, lobby? Não, absolutamente nada disso bastará se o primordial não for feito: cuidar do paciente. Ninguém que não tenha por um momento sequer tido a experiência de ouvir, tocar, sofrer junto e decidir de maneira compartilhada com o paciente, poderá de maneira apropriada orientar o processo de decisão.

Por meio de suas equipes o sistema de saúde deve se aproximar intensamente de seus pacientes, responsabilizando-se e preocupando-se diretamente com seu cuidado, monitorando os resultados e otimizando os recursos com equidade e discernimento, e sobretudo afastando os burocratas, marqueteiros, leigos e vendedores, que funcionam como uma horda de intermediários cujo único propósito é a manutenção de suas condições e interesses, que obviamente se beneficiam e vivem do caos instaurado na saúde, protagonizado pela judicialização.